

**PROVA DO CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DO CONTENCIOSO DA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – REGIONAL DE CAMPINAS – 2023**

**Preencher:**

Nome: \_\_\_\_\_

Telefones para contato: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Faculdade : \_\_\_\_\_

Ano em que está matriculado: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

Período em que gostaria de fazer estágio: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**OS DADOS ABAIXO SERÃO PREENCHIDOS APENAS PELA PROCURADORIA.**

**BOA PROVA!!!**

Notas:

Direito Constitucional: \_\_\_\_\_

Direito Administrativo: \_\_\_\_\_

Direito Processual Civil: \_\_\_\_\_

Direito Tributário: \_\_\_\_\_

Legislação da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: \_\_\_\_\_

Dissertação (Direito Constitucional): \_\_\_\_\_

Média: \_\_\_\_\_

Aprovado: \_\_\_\_\_

## DIREITO CONSTITUCIONAL (2,0 PONTOS)

**1) São fundamentos da Constituição Federal previstos no art. 1º, exceto:**

- a) a soberania
- b) a cidadania
- c) a dignidade da pessoa humana
- d) o bipartidarismo

**2) A Procuradoria do Estado é prevista como instituição essencial à Justiça, nos termos do Art. 132 da Constituição Federal, sendo o órgão constitucional e permanente competente para o exercício da advocacia dos Estados-membros. Dentre as atribuições e prerrogativas da instituição, é correto afirmar que:**

- a) Aos Procuradores do Estado é constitucionalmente assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- b) Os Procuradores do Estado de São Paulo devem apresentar instrumento de mandato em nome do ente federado para atuarem processualmente.
- c) A Procuradoria-Geral do Estado é parte do Ministério Público Estadual.
- d) Nos termos da Constituição Federal, os Procuradores-Gerais dos Estados detêm mandato de 04 (quatro) anos.

**3) Segundo o art. 170, CF a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:**

- a) propriedade pública; livre concorrência e função privada da propriedade.
- b) soberania nacional; propriedade privada e função social da propriedade.
- c) busca do pleno emprego; defesa do consumidor e tratamento favorecido para grandes empregadores.
- d) propriedade privada; concorrência restrita e defesa do meio ambiente.

**4) Compete aos Municípios, EXCETO:**

- a) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- c) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- d) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

## DIREITO ADMINISTRATIVO (1,5 PONTOS)

**5) A Reforma do Estado introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/1998 inseriu no texto da Constituição Federal:**

- a) O princípio da legalidade, que consagra a ideia de que a Administração Pública só pode ser exercida em conformidade com a lei e que, desse modo, a atividade administrativa consiste na expedição de comandos complementares à lei.
- b) O princípio da impessoalidade, decorrente do princípio da isonomia, que traduz a ideia de que a Administração deve tratar a todos sem discriminações, favoritismos ou perseguições.
- c) O princípio da eficiência, que tem por finalidade a implantação do modelo gerencial em substituição ao modelo burocrático de Estado, contribuindo para o que se denomina de Administração Pública de resultados.
- d) O princípio da publicidade, que impõe à Administração o dever de transparência em seus comportamentos.

**6) Uma das características dos atos administrativos:**

- a) a sujeição exclusiva ao regime jurídico de direito privado, de conformidade com ao Código Civil.
- b) a possibilidade de sua revogação, quando praticados com vícios que os tornem ilegais.
- c) a presunção de legitimidade.
- d) a possibilidade de anulação, quando inconvenientes ou inoportunos em relação ao interesse público.

**7) De acordo com o Direito Administrativo, o servidor público:**

- a) não tem direitos trabalhistas.
- b) é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- c) é colaborador eventual.
- d) nenhuma das respostas acima.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL (1,5 PONTOS)**

**8) Considera-se inepta a petição inicial quando:**

- a) lhe faltar pedido ou causa de pedir.
- b) o pedido for indeterminado, inclusive nas hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
- c) da narração dos fatos decorrer logicamente a conclusão.
- d) contiver pedidos sucessivos.

**9) Distribuída petição inicial de ação de divórcio a uma vara de fazenda pública da comarca da capital, procedeu-se ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, determinando-se a citação do réu. Nesse cenário, a vara da fazenda pública é:**

- a) relativamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção de incompetência.
- b) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção de incompetência.
- c) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício com a arguição de preliminar em contestação.
- d) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de reconvenção.

**10) Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa correta:**

- a) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios com anuência das partes.
- d) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, mediante requerimento expresso.

**LEGISLAÇÃO DA PGE/SP (1,0 PONTO)**

**11) De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, são funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado:**

- a) representar judicial e extrajudicialmente o Estado e suas autarquias, exceto as de regime especial.
- b) representar a Fazenda do Estado perante o Tribunal de Contas.
- c) promover a inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa estadual e municipal.
- d) prestar assessoramento jurídico e técnico-legislativo ao Governador do Estado e aos Deputados Estaduais.

**12) Assinale a alternativa incorreta**

- a) A Procuradoria Geral do Estado é instituição de natureza permanente, essencial à administração da justiça e à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador, responsável pela advocacia do Estado, sendo orientada pelos princípios da legalidade, da indisponibilidade do interesse público, da unidade e da eficiência.
- b) A Procuradoria Geral do Estado, em caráter excepcional e em razão de relevante interesse público, poderá contratar jurista para a emissão de parecer sobre matéria específica, mediante prévia motivação do Procurador Geral do Estado e oitiva do Conselho.
- c) As autoridades e servidores da Administração Estadual ficam obrigados a atender às requisições de certidões, informações, autos de processo administrativo, documentos e diligências formuladas pela Procuradoria Geral do Estado, dispensando às respectivas requisições tratamento prioritário.
- d) À Procuradoria Geral do Estado é defeso reconhecer a procedência de pedidos formulados em ações judiciais, deixar de propô-las, desistir das já propostas ou transigir em relação ao objeto litigioso, bem como deixar de interpor recursos ou desistir dos já interpostos.

**DIREITO TRIBUTÁRIO (1,5 PONTOS)**

**13) Sobre os tributos NÃO É CORRETO afirmar que:**

- a) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

- c) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- d) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

**14) NÃO Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:**

- a) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- b) grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- c) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- d) propriedade de veículos automotores.

**15) Extinguem o crédito tributário, exceto:**

- a) o pagamento;
- b) a compensação;
- c) a transação;
- d) a moratória.

**QUESTÃO DISCURSIVA (2,5 pontos)**

Nas palavras do Min. Edson Fachin, “em uma sociedade democrática, o espaço público não é apenas um lugar de circulação, mas também de participação.”

O direito de reunião está assegurado a todos (art. 5º, XVI, CF/88), desde que observados alguns requisitos constitucionais. Discorra brevemente sobre esse direito fundamental, abordando as condições para o seu exercício em conformidade com a Constituição Federal. **(utilizar folha própria ao final, na página 7).**

**Rascunho:**

## FOLHA DE RESPOSTAS

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

QUESTÃO 1	A	B	C	D
QUESTÃO 2	A	B	C	D
QUESTÃO 3	A	B	C	D
QUESTÃO 4	A	B	C	D
QUESTÃO 5	A	B	C	D
QUESTÃO 6	A	B	C	D
QUESTÃO 7	A	B	C	D
QUESTÃO 8	A	B	C	D
QUESTÃO 9	A	B	C	D
QUESTÃO 10	A	B	C	D
QUESTÃO 11	A	B	C	D
QUESTÃO 12	A	B	C	D
QUESTÃO 13	A	B	C	D
QUESTÃO 14	A	B	C	D
QUESTÃO 15	A	B	C	D

